

Apresentação

Erik Chiconelli Gomes¹

A Reforma Trabalhista de 2017 transcende a mera alteração normativa; ela representa a expressão condensada de uma luta de classes em um contexto de reconfiguração das forças sociais no Brasil. Seu processo de formulação e aprovação revela uma escolha política deliberada para reequilibrar a correlação de forças em favor do capital, deslocando a proteção jurídica para uma lógica contratual privatista e fragmentada. Ao reduzir a força da lei e ampliar a individualização dos conflitos, a Reforma invisibilizou a experiência concreta dos trabalhadores e esvaziou seus mecanismos de resistência.

É nesse contexto crítico que a 48ª edição da Revista Científica da ESA OAB SP se insere, apresentando 15 artigos que, em conjunto, traçam um panorama abrangente e crítico sobre os múltiplos desdobramentos da Reforma. A jornada analítica desta edição se organiza em torno de grandes eixos temáticos.

A análise se aprofunda nas transformações do direito coletivo e nas novas formas de contratação. Em *O Contrato de Licenciamento de Marca: Reflexões à Luz do Conceito de Grupo Econômico Fixado pela Lei nº 13.467/2017*, Carla Teresa Martins Romar investiga a responsabilização solidária pós-reforma. As alterações processuais que impactam o acesso à justiça são o foco de Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro e Giovanna de Cássia Bettim Nogueira em *O Fortalecimento do Duplo Grau de Jurisdição com o Advento da Lei nº 13.467/2017*.

Ainda no campo processual, o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é abordado por Cristina Paranhos Olmos, que analisa sua compatibilidade com os princípios trabalhistas em *Incidente de Desconconsideração da Personalidade Jurídica: Aplicação no Processo do Trabalho*. A discussão sobre os novos modelos contratuais é iniciada por Silvia Augusta Mateus, com uma reflexão crítica em *O Contrato de Trabalho Intermitente: Avanço na Flexibilização ou Precarização das Relações Laborais?*.

Ampliando o debate para a era digital, Erotilde Ribeiro dos Santos Minharro investiga a subordinação algorítmica em *Oito Anos da Reforma Trabalhista: Entre Promessas de Modernização e a Distopia Algorítmica*. Em seguida, Fabiano Zavanella e Mariana Siqueira analisam o tratamento jurídico das Dispensas Coletivas e seus tensionamentos institucionais. A função do valor da causa e seus riscos para a execução são o tema de Fabio Augusto Branda em *Valor da Causa no Processo do Trabalho: Estimativa ou Limitação de Futura Execução?*.

A complexa relação entre o negociado e o legislado é examinada por Líbia Alvarenga de Oliveira e Guilherme Ghilardi Cavini no artigo *Prevalência do Negociado sobre o Legislado e os Novos Rumos da Negociação Coletiva no Direito do Trabalho Brasileiro Pós-Reforma*, à luz do julgamento do Tema 1046 pelo STF. Retoman-

¹ Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Doutor e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Economia do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP. Bacharel e Licenciado em História (USP). Licenciado em Geografia (UnB). Bacharel em Ciências Sociais (USP) e em Direito (USP). Atualmente, é Coordenador Acadêmico e do Centro de Pesquisa e Estudos na Escola Superior de Advocacia (ESA/OABSP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4385-4586>

do o debate sobre estruturas empresariais, Rafael Eustáquio da Silva explora as transformações do conceito em *O Grupo Econômico no Direito do Trabalho: Da Interpretação Tradicional à Dinâmica Pós-Reforma e os Desafios do Século XXI*.

Apresentando uma visão contundente, Leonardo Aliaga Betti critica o incidente de desconsideração como um obstáculo à justiça social em *O 'Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica': Mais um Capítulo da 'Reforma' Trabalhista de 2017 e seus Retrocessos*. As consequências práticas da nova definição de grupo econômico são o foco de Samara Katerine de Souza Araújo em *Impactos da Ampliação da Figura do Grupo Econômico pela Reforma Trabalhista de 2017*. O acesso à justiça é novamente debatido por Adriana Cristina de Oliveira Teixeira em *Justiça Gratuita na Reforma Trabalhista: Interpretação à Luz dos Princípios do Livre Convencimento, do Acesso à Justiça, da Solidariedade e da Dignidade Humana*.

As implicações da modernização das relações de trabalho na vida dos indivíduos são abordadas por Juliana da Silva Lopes, que discute *O Teletrabalho e seus Impactos na Saúde do Trabalhador*. A trajetória dos sindicatos é revisada por Fernanda de Oliveira Mendes em *Oito Anos da Reforma Trabalhista: Sindicatos e Negociação Coletiva de Trabalho*. Encerrando o ciclo de análises, Raphael Jacob Brolio apresenta um estudo empírico em *Desafios do Contrato de Trabalho Intermittente no Brasil: Análise Estatística e Lacunas Legislativas*.

Ao reunir essas quinze análises, esta edição não apenas revisita os oito anos da Reforma, mas reafirma a urgência de um balanço comprometido com o trabalho digno, a solidariedade e a justiça social. Oitenta e cinco anos após a CLT, o Direito do Trabalho brasileiro encontra-se em um limiar entre sua dissolução e sua reinvenção crítica. As contribuições aqui reunidas são um convite à reconstrução do pacto social, reconhecendo que qualquer projeto civilizatório e democrático não pode prescindir da centralidade do trabalho como valor humano e normativo.